

O EMARANHAMENTO ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS: Escravização contemporânea multiespécie na indústria da carne

TIAGO FRANCA BARRETO

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO (UPE)

LETICIA DIAS FANTINEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

LUCAS CASAGRANDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

BÁRBARA EDUARDA NÓBREGA BASTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

O EMARANHAMENTO ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS: Escravidão contemporânea multiespécie na indústria da carne

INTRODUÇÃO

A escravidão contemporânea é uma forma ilegal, disseminada e lucrativa de trabalho que atinge diversos setores econômicos e se encontra em várias localidades do mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontou em 2024 um aumento de 37% nos lucros obtidos através do trabalho forçado nos últimos dez anos (International Labour Organization, 2024). Estimativas indicam que mais de 50 milhões de pessoas viviam em condições de escravidão em 2021, tendo aumentado significativamente nos últimos cinco anos (International Labour Organization, 2022). Essa realidade materializa uma complexa rede de vulnerabilidades sociais e econômicas, condições degradantes de vida e de trabalho, bem como o desmonte de legislações e de práticas de combate a sua ocorrência (Conectas Direitos Humanos, 2022).

No Brasil, entre os setores que mais exploram a mão-de-obra forçada, está a indústria da carne: entre 2015 e 2020, a indústria pecuária passou para o primeiro lugar em número de trabalhadores resgatados (CPT Nacional, 2024). Trata-se de um dos setores mais representativos do PIB brasileiro, que, junto com as indústrias extrativas, apresentou crescimento recorde em 2023 (Agência de Notícias IBGE, 2024). A expansão da cadeia industrial da carne é puxada pelo crescimento de grandes corporações, fenômeno que alinha interesses governamentais e privados e se apoia em subsídios e empréstimos públicos, na forte concentração de renda, no agravamento da fome e da pobreza nas localidades onde operam (Pina, 2024).

A indústria da carne é uma atividade institucionalizada de exploração sistemática de diversas espécies de animais, como bovinos (bois e vacas), suínos (porcos), ovinos (ovelhas), caprinos (cabras), aves (galinhas, perus), entre outras. Esta atividade se organiza em uma longa cadeia de etapas interligadas que engloba a reprodução, o crescimento e a engorda dos animais, o fornecimento de insumos como ração, medicamentos veterinários, equipamentos, serviços técnicos, manejo sanitário, o transporte, a morte, a desossa e o processamento desses corpos, bem como a distribuição e comercialização de cortes e subprodutos desses corpos ao consumidor final. Para os fins deste artigo, debruçamo-nos sobre uma parte central dessa cadeia, frequentemente invisibilizada: o trabalho na produção de animais e em frigoríficos e matadouros, um complexo industrial que mata, somente no Brasil, 1,2 bois, 1,8 porcos e 205 frangos por segundo, dados do IBGE (2024) do primeiro trimestre deste ano.

Este tipo de trabalho envolve a morte intencional, rotinizada e em escala industrial de animais não-humanos. Trata-se de atividades nocivas não apenas ao massivo número desses animais que estão na ponta final da cadeia de abate, mas também aos animais humanos que estão do outro lado das máquinas, das facas e dos instrumentos. Nocivas pelos danos físicos e psicológicos aos trabalhadores do setor, pelas condições precárias e insalubres de trabalho, pelo alto número de acidentes, pelo estigma e altos níveis de violência com que essas pessoas precisam lidar, pelo abuso de álcool e outras drogas, pelo risco de depressão e doenças ocupacionais (Baran, Rogelberg e Clausen, 2016; Hamilton & McCabe, 2016). Não à toa a mão-de-obra nos frigoríficos é composta majoritariamente por pessoas em condições de vulnerabilidade social e econômica, cada vez mais por trabalhadores e trabalhadoras migrantes e refugiadas (Bispo & Alves, 2021).

Os Estudos Organizacionais brasileiros já têm discutido a escravidão contemporânea como crime corporativo, que emerge no Brasil a partir de condições específicas, como políticas neoliberais e ambiguidades institucionais (Paganini & Medeiros, 2023), como prática de gestão inserida nas relações de mercado entre organizações globais e seus fornecedores num contexto de exploração nos chamados países emergentes (Mascarenhas, Dias e Baptista, 2015),

ou ainda como um fenômeno possibilitado e legitimado institucionalmente por condições contextuais que alimentam um círculo vicioso (Baptista, Bandeira e Baptista, 2023). Embora já tenham se debruçado sobre o fenômeno, e apresentado características que impõem condições de vulnerabilidade aos seres humanos submetidos a essa prática, como a pobreza/miséria, a raça/etnia, o gênero, a faixa etária, entre outras (Gama et al., 2023), entendemos que ainda há outras condições importantes em que as vulnerabilidades se cruzam, como no caso das vulnerabilidades de seres humanos e de outros animais, especialmente quando consideramos as cadeias de produção da carne.

O trabalho nessas cadeias, em especial nos chamados matadouros e frigoríficos, já foi descrito na literatura como um “trabalho sujo” não apenas por consistir em atividades indesejáveis, moralmente questionáveis e que carregam estigmas consigo, mas também porque a matança intencional de animais afeta o bem-estar dos trabalhadores de maneiras profundas, devido à exposição repetida a interações negativas e comoventes com outros seres vivos e ao envolvimento em tarefas que os tornam vítimas adicionais da dor que infligem (Baran, Rogelberg e Clausen, 2016). Tais efeitos negativos não têm apenas implicações psicológicas nos trabalhadores, mas afetam toda a comunidade no entorno: a presença de matadouros tem correlação positiva com as taxas totais de prisões por crimes violentos e crimes sexuais em comparação com outras indústrias (Fitzgerald, Kalof & Dietz, 2009). O argumento é de que a gramática da violência no trabalho brutaliza os humanos envolvidos com tais atividades e transborda para a violência contra outros grupos mais vulneráveis, como mulheres e crianças. Vulnerabilidades de seres humanos e outros animais encontram-se emaranhadas nessas redes de exploração capitalista.

Este artigo tem como objetivo debruçar-se sobre este cruzamento de vulnerabilidades, investigando de que forma as relações de opressão entre animais humanos e animais não-humanos se interseccionam na indústria da carne. Por isso, nosso objetivo principal é: **analisar os cruzamentos entre exploração humana e animal que sustentam a escravização contemporânea multiespécie na indústria da carne**. Para atingir este objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa crítica animalista (Barreto, 2016) através de entrevistas e pesquisa documental com vários atores sociais da cadeia produtiva: as grandes empresas da indústria, os órgãos legisladores e fiscalizadores e a ONG de bem-estar animal responsável pela atualização dos manuais de abate humanitário em parceria com o MAPA, que também é a responsável pelo treinamento de bem-estar animal para frigoríficos no Brasil.

Nas seções seguintes, no referencial teórico, vamos apresentar as relações emaranhadas entre animais humanos e não humanos e a escravização contemporânea e condições de trabalho na indústria da carne, depois a metodologia e resultados da pesquisa, encerrando com as conclusões.

ESCRAVIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CARNE

O relatório mais recente de Índice Global de Escravidão, da Walk Free Foundation (2023) estima 50 milhões de pessoas no mundo num cenário de escravização contemporânea, sendo 28 milhões em situação de trabalho forçado, 22 milhões e casamentos forçados e 12 milhões de crianças, sendo a maioria 54% de mulheres e meninas. O Brasil é o décimo primeiro lugar no ranking mundial, em números absolutos, em torno de 1.053.000 (Walk Free Foundation, 2023). A indústria pecuária lidera o número de trabalhadores resgatados em nosso país (CPT Nacional, 2024).

A indústria da carne é responsável por uma parcela bastante considerável do trabalho escravo encontrado no Brasil. De acordo com o RADAR SIT (2024), aproximadamente 30% dos trabalhos escravos registrados no país ocorreram em setores relacionados à carne, com um

número ainda mais expressivo na pecuária bovina, onde só a pecuária bovina responde por mais de 17 mil casos autuados por trabalho escravo.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação - ABIA (2023), a indústria da alimentação, composta por produtos alimentares e bebidas teve um faturamento líquido em 2022 no Brasil, de R\$ 1,08 trilhões, representando 10,8% do PIB. O setor de carnes foi o 1º dessa relação, com 26,6% do total de receita. A indústria da carne bovina e de aves são ambas, as segunda maiores produtoras mundiais e maiores exportadores (ABIA, 2023).

A produção industrial da carne não exigia trabalho qualificado e contava com um largo excedente de mão de obra barata e instável. Por isso ocorria a possibilidade de uma maior precarização do trabalho, com uma maior exploração da capacidade e do tempo do trabalhador. A superexploração do trabalho, que era uma característica marcante nessa época - século XIX e início do XX - nos matadouros frigoríficos era realizada sobre os miseráveis, os jogadores, as prostitutas, e toda a sorte de trabalhadores desqualificados. “Guardadas as diferenças em sua exploração, animais e homens compartilham uma mesma condição, da qual o trabalho do abate de animais fornece uma imagem sintética de abjeção.” (Dias, 2009, p. 22). Só a extrema miséria levava o trabalhador a aceitar tais condições de trabalho e quem o aceitava já se sabia morto.

Rifkins (1992) afirma que o matadouro de Chicago teria sido a primeira indústria americana a desenvolver uma linha de montagem, fornecendo um modelo de organização do trabalho e produção em massa. Ford criou sua esteira móvel a partir de uma visita ao matadouro, “montar um carro é só desmembrar uma vaca ao contrário” (Foer, 2011 p. 109). Esse novo sistema adotado trouxe grandes mudanças no modo de produção, intensificando-a, diminuindo o domínio do trabalhador sobre o processo, alienando-o do mesmo. Além disso, ao fragmentar o corpo animal em partes, o torna irreconhecível e irrecuperável (Dias, 2009). As primeiras instalações industriais (matadouros) substituíram o conhecimento habilidoso de açougueiros por um grupo de homens que executavam uma série de tarefas entorpecedoras da mente, dos músculos e das articulações: matadores, sangradores, removedores do rabo, das pernas e das patas, do traseiro, do flanco, esfoladores de cabeça, responsáveis por abrir a cabeça, tripadores, responsáveis por corta a carcaça ao meio, entre outros (Foer, 2011).

Em 1908, sistemas de esteiras transportadoras foram introduzidas nas linhas de desmontagem, permitindo pela primeira vez que ao invés dos trabalhadores, os supervisores controlassem a velocidade da linha. Durante mais de 80 anos a velocidade continuaria subindo, chegando a dobrar ou triplicar, e trazia como resultado, além dos maiores ganhos financeiros da indústria, um abate ineficaz e muitos ferimentos e mutilações associados ao local de trabalho (Foer, 2011).

O trabalho mais perigoso e mais violento nos EUA é nos frigoríficos, os trabalhadores passam horas num ambiente saturado de morte e com alto nível de estresse (Joy, 2014). No Brasil a realidade não é diferente: Nos frigoríficos o ritmo de trabalho frenético é 5 vezes maior do que o limite considerado seguro à saúde (15 segundos, 18 movimentos). Pessoas contraem depressão, tendências suicidas, insanidade mental, por causa das péssimas condições psicológicas de trabalho (Carneosso, 2011).

Dada a brutalidade do processo do abate, é fácil presumir que as pessoas que têm como trabalho matar animais sejam sádicas ou psicologicamente perturbadas. Esses distúrbios podem resultar sim da exposição prolongada à violência, as pessoas podem acabar se acostumando com a violência que um dia os perturbou, esse mecanismo se chama rotinização. Comportamentos que podem parecer irracionais e extremos são resultados inevitáveis do trabalho nas linhas de frente de um sistema extremo e irracional (Joy, 2014). Essa não é novidade nenhuma para filósofos gregos como Plutarco e Porfírio (Felipe, 2009), que há quase 2.000 anos afirmavam que a crueldade com os animais brutaliza e insensibiliza o ser humano.

Mas não apenas filósofos se debruçaram sobre esse tema, em publicação do período *Organization*, na edição especial sobre Animais e Organizações, Baran, Rogelberg e Clausen

(2016) estudaram 10.605 trabalhadores dinamarqueses de matadouros, e fizeram uma revisão sobre artigos que associam essas atividades indesejáveis – de matar animais – ao estigmatizado “trabalho sujo”. Os autores concluem a pesquisa confirmando que esses trabalhadores têm um menor bem-estar psicológico e comportamento de enfrentamento negativo (consumo de álcool em especial) em relação a outros tipos de trabalhadores com outras atividades. Além de um desprestígio pela tarefa considerada suja, os trabalhadores carregam uma marca física por ter um contato próximo com a morte de animais. Existe evidências na literatura sobre a área que matar animais pode afetar o comportamento e pensamento das pessoas, como por exemplo serem mais violentos, antissociais ou terem outros problemas sociais (Baran, Rogelberg e Clausen, 2016).

O menor bem-estar desses trabalhadores se deve ao fato de existir um conflito interno devido à identificação de ambivalência com a situação de violência e morte intencional dos animais. Existe uma demanda psicológica adicional sobre pessoas nessa situação, uma tensão para defender o que elas fazem para indivíduos de outro grupo pela falta de prestígio de sua ocupação. O estudo de Baran, Rogelberg e Clausen (2016) identificou o uso de estratégias de sobrevivência (enfrentamento) negativa, como por exemplo aumento do consumo de álcool, causado por maiores tensões e estresse físico e psicológico devido à rotina de violência à outros seres vivos. Existe uma sinalização de que testemunhar a dor e sofrimento dos animais pode gerar empatia e também remeter aos seus próprios sofrimentos, buscando se distanciar da dor, e o consumo de álcool pode ser uma válvula de escape. Em decorrência disso, esses trabalhadores vivem menos significado do trabalho. É possível que a morte intencional de animais induza a um sofrimento empático crônico, influenciando os trabalhadores a se distanciarem psicologicamente de seu trabalho mais do que outras ocupações consideradas como trabalho sujo. Eles podem ter conflitos psicológicos entre se ver como um assassino de animais, em vez de pessoas que matam animais como um trabalho ou como fornecedores de carne (Baran, Rogelberg e Clausen, 2016).

Várias autorias realizaram relatos do tratamento dado aos animais pela indústria de exploração animal, *Animal Machines* de Ruth Harrison, de 1964 foi a pioneira (Harrison, 1964), seguido por *Libertação Animal* de Peter Singer, em 1975 (Singer, 2010), entre outros. Mais recentemente e com informações mais atualizadas, *Jaulas Vazias*, de Tom Regan (2006), *Porque Amamos Cachorros, Comemos Porcos e Vestimos Vacas* de Melanie Joy (2014). A tese de Barreto (2016) traz um compilado dessas e outras fontes. Neste trabalho, não obstante a constatação da exploração e morte de animais não humanos, vamos concentrar a pesquisa no tratamento dado aos animais humanos na indústria da carne.

MÉTODO

Este trabalho posiciona-se no campo dos estudos organizacionais críticos. Apesar do pluralismo teórico, inclusive de tradições intelectuais conflitantes, compartilham alguns pontos em comum. É insuficiente definir que os estudos organizacionais (ou de gestão) críticos consideram que existe algo de errado com a gestão e que isso deve ser mudado, ou ter um engajamento com o não positivismo e fortalecimento dos métodos qualitativos (Fournier & Grey, 2000). Para Guba e Lincoln (2005) essa abordagem tem como objetivo investigativo a crítica, transformação e emancipação. Mas nem todos trabalhos considerados críticos se encaixam nesses parâmetros.

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa crítica, que Merriam (2002) identifica como aquela que examina e critica os pressupostos sociais, culturais e psicológicos que estruturam e limitam nossas maneiras de pensar e estar no mundo e nos ajudam a mudar nosso contexto social e a nós mesmos (Merriam, 2002). Nesta pesquisa existem questões sobre a influência de raça, classe e gênero (e suas interseções), dessa forma foi realizada uma **pesquisa qualitativa crítica animalista**, definida por Barreto (2016) como aquela que levanta

questões de espécie (inclusão da consideração moral dos animais não-humanos) e suas intersecções com relações de poder e opressão.

A pesquisa de campo envolveu vários atores sociais: as grandes empresas da indústria da carne, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), como órgão legislador e fiscalizador federal, a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO), como fiscalizadora estadual em Pernambuco, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), como instituição que demanda a ADAGRO através de irregularidades providas de denúncias da sociedade civil e a World Animal Protection (WAP) como a maior ONG mundial de bem-estar animal responsável pela atualização dos manuais de abate humanitário em parceria com o MAPA e responsável por treinamento de frigoríficos. Dessa forma atingimos essa cadeia produtiva a partir da perspectiva das empresas, dos órgãos legisladores, fiscalizadores e treinadores.

A estratégia de pesquisa utilizada no trabalho foi a análise de entrevista (semiestruturada) e pesquisa documental, que estão entre as principais fontes de dados de uma pesquisa qualitativa. Ressalta-se que representantes das empresas não foram entrevistados pois as mesmas não aceitaram participar da pesquisa e foram utilizadas informações oficiais e disponíveis na internet, nas demais organizações (MAPA, ADAGRO, MPPE e WAP) foram realizadas entrevistas presenciais ou online com especialistas (todos os respondentes têm experiência significativa sobre a temática abordada). A escolha das pessoas participantes da entrevista foi feita a partir do conhecimento do assunto e disponibilidade para responder. Além das entrevistas, foram consultados documentos – dessas organizações, ou de outras –, a maioria deles mencionados durante a conversa. Esses documentos foram consultados como forma de aprofundar, complementar ou confirmar informações. Também foram utilizados relatórios, dossiês ou demais documentos produzidos por organizações dentro da temática pesquisa e consultas a processos do Ministério Público e Justiça do Trabalho e matérias da mídia.

A fim de preservar a identidade das pessoas entrevistadas, foram adotados aleatoriamente nomes fictícios de animais para se referir a elas, conforme quadro abaixo. Nessa relação os nomes foram escolhidos de forma a não identificar o gênero dos respondentes, não existe uma relação com o gênero do entrevistado.

Nome fictício	Perfil	Formação
Águia	Promotor(a) MPPE	Direito
Condor	Fiscal ADAGRO	Medicina Veterinária
Esquilo	Fiscal MAPA	Medicina Veterinária
Foca	Fiscal MAPA	Medicina Veterinária
Gavião	Gerente da WAP	Zootecnia
Onça	Fiscal ADAGRO	Medicina Veterinária
Panda	Fiscal ADAGRO	Medicina Veterinária
Tartaruga	Promotor(a) MPPE	Direito
Tigre	Fiscal MAPA	Zootecnia
Zebra	Fiscal MAPA	Medicina Veterinária

Quadro 1: Relação de pessoas entrevistadas

O perfil dos entrevistados é de 50% mulheres, 50% homens. Entre as formações profissionais temos 60% médicos veterinários, 20% zootecnistas e 20% bacharéis em Direito. 30% com doutorado em suas respectivas áreas, 20% com especialização e o restante apenas com graduação. Faixa etária: 50% entre 30 e 40 anos de idade, 20% entre 40 e 50 anos, e 30% com

mais de 50 anos de idade. 7 deles são Auditores Fiscais (em instâncias e localidades diversas), 2 promotores de justiça e 1 gerente de campanhas. Dos entrevistados uma consome apenas leite e laticínios (é ovo-lacto-vegetariana), todos os demais são consumidores da indústria da carne. O tempo médio de empresa é de 15 anos.

A análise da pesquisa foi realizada a partir de uma análise qualitativa de dados, que se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade (Alves & Silva; 1992).

RESULTADOS

A análise desta seção envolve relatos dos entrevistados, e também a análise de relatórios. O Relatório mais utilizado nessa seção é o *Atlas da Carne* da Fundação Heinrich Böll (2016), que foi publicado originalmente em Berlim em 2013, com a versão em português elaborada pelo escritório da organização no Brasil em 2016. O material foi criado para “prover informação a respeito dos efeitos da produção da carne e oferecer alternativas” (Unmbig, 2016 p. 6).

Além disso, foi muito utilizado o livro: *Cadeia Industrial da Carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos* (Aguiar & Tura, 2016), organizado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE. O livro é resultado de uma oficina, com o mesmo nome, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 2015, onde participaram movimentos do campo, organizações sociais e sindicais e representantes de universidades do Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Paraguai. A FASE realizou o evento em parceria com Instituto para Agricultura e Políticas Comerciais (*Institute For Agriculture and Trade Policy – IATP*), com as organizações *Bread for the World*, *Germanwatch* e com a Fundação Böll, “a partir da percepção de que a indústria da carne intensifica o poder corporativo, impacta a vida dos pequenos produtores e passa por um período de mudanças estruturais com implicações ainda não compreendidas.” (Aguiar & Tura, 2016 p. 11).

Relatórios diversos da ONG Repórter Brasil completam as fontes de pesquisas. A Repórter Brasil foi fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de “fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil” (Repórter Brasil, 2016 p. 1). Devido ao seu trabalho, tornou-se uma das mais importantes fontes de informação sobre trabalho escravo no país. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas por lideranças do poder público, do setor empresarial e da sociedade civil como instrumentos para combater a escravização contemporânea, um problema que afeta milhares de pessoas (Repórter Brasil, 2016).

Um ponto importante a ressaltar dessas fontes utilizadas é que nenhuma delas é vinculada a organizações de defesa animal ou vegetarianas/veganas. Como vai ser visto ao longo desta seção, não precisa levar em conta a consideração moral para com os animais não-humanos para verificar as relações de poder e implicações nocivas aos humanos e ao meio ambiente da indústria de exploração animal.

O trabalho na indústria da carne: da escravização à brutalização

Ao analisar o impacto da indústria da carne nos seus trabalhadores, os problemas consequentes ao processo exploratório deles vão desde problemas de saúde em virtude da rotina estafante, até trabalhos análogos ao escravo.

A pecuária possui a maior concentração de registros de trabalho escravo e forçado no Brasil. Não só isso, mas o setor também contribui imensamente com o trabalho informal. E, embora tais problemas sejam mais focados na área rural, o processamento da carne, geralmente focalizado em áreas urbanas, cria uma outra ordem de problemas. Embora a informalidade seja menor, o trabalho, em si, é ainda mais penoso tanto do ponto de vista físico quanto psicológico (Mineiro, 2016).

Barros (2015) explica que esse trabalho escravo contemporâneo ou “trabalho análogo ao de escravo” é crime contra a dignidade humana (Código Penal Art. 149) e se caracteriza por ao menos um dos quatro elementos: **trabalho forçado** (ameaça e violência física ou psicológica), **jornada exaustiva** (expediente penoso com tempo de descanso entre as jornadas insuficiente para recuperar as forças), **condições degradantes** (alojamento precário, falta de equipamento de proteção, alimentação insalubre e falta de água potável) e **servidão por dívida** (fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos por transporte, alimentos e ferramentas, para “prender” o trabalhador no local de trabalho). O trabalho escravo contemporâneo no Brasil tem pouco mais de duas décadas de estudo.

De fato, somente em 1995 o Brasil reconheceu formas contemporâneas de trabalhos análogos à escravidão e, a partir disso, montou grupos de fiscalização. Atualmente, cerca de 2 mil propriedades são fiscalizadas anualmente (Campos, 2016). Entre 1995 e 2022, 61.748 trabalhadores foram resgatados em condições análogas à escravidão, sendo 13.473 só no Pará (RADAR SIT, 2024). Do total nacional, 83% dos resgatados são negros e 93% são homens (Sakamoto, 2023).

A indústria da carne é responsável por uma parcela bastante considerável do trabalho escravo encontrado no Brasil. De acordo com o RADAR SIT (2024), aproximadamente 30% dos trabalhos escravos registrados no país ocorreram em setores relacionados à carne, com um número ainda mais expressivo na pecuária bovina, onde só a pecuária bovina responde por mais de 17 mil casos autuados por trabalho escravo. A título de comparação, uma das indústrias que costumeiramente mais se atrela a trabalho escravo, a indústria têxtil, possui menos de 1% dos registros de escravização. Mas o percentual do trabalho escravo na pecuária pode ser considerado maior ainda, pois conforme o mesmo relatório, existem 19% relativos a outras lavouras e 5% a trabalho relacionado ao desmatamento, que podem em parte estar relacionados também à pecuária. Isso porque a indústria da carne está relacionada diretamente com o cultivo de soja, milho e outros grãos, para produção de ração animal, e também intimamente relacionada com o desmatamento para abertura de novas áreas de pastagem. Isso pode ser verificado nos dados relativos à Amazônia, esses números se tornam maiores ainda e deixam clara a ligação com o desmatamento da floresta:

A criação de bovinos em latifúndios é, de longe, a principal responsável pelo desmatamento e pelo trabalho escravo na Amazônia. De toda a área devastada da floresta, até hoje 62% foram transformados em pastagens. E cada dez casos de trabalho escravo, sete referem-se a trabalhadores explorados em atividades ligadas à pecuária. Mais de 21 mil trabalhadores foram libertados da escravização na Amazônia (Barros, 2015 p. 6).

A ONG Repórter Brasil denunciou que grandes empresas como a JBS/Friboi possuem uma relação ambígua com a questão, dizendo, por um lado, que estão comprometidas com a erradicação do trabalho escravo e, por outro, comprando de fornecedores irregulares (Campos, 2016).

No entanto, não é só o problema do trabalho escravo que aflige os trabalhadores da carne. A indústria frigorífica, embora não tenha uma concentração tão expressiva de trabalho escravo quanto a pecuária que lhe fornece, é denunciada em diversos momentos com relação às

condições de trabalho. As primeiras denúncias mais contundentes sobre a indústria dos frigoríficos no país foram realizadas pela ONG Repórter Brasil, por meio da realização do documentário longa metragem ganhador do prêmio Vladimir Herzog em 2013, CarneOsso, 2011, que indica a gravidade das condições de trabalho no setor frigorífico nacional e que estimulou a investigação Moendo Gente (Moendo Gente, 2016). Esse trabalho detalha os acidentes, doenças e problemas decorrentes do trabalho nas indústrias de abate de aves, suínos e bovinos, que em nosso país destoam da média dos demais segmentos econômicos.

Além do trabalho escravo, os trabalhadores “comuns” desse setor também têm uma série de impactos sobre a sua jornada decorrentes da internacionalização das empresas e o acirramento do mercado global. Na prática, o aumento da competitividade mundial dessas grandes empresas do setor da carne se dá às custas dos trabalhadores, já que todo processo é altamente dependente de recursos humanos e relativamente pouco mecanizado (Heinrich Böll Foundation, 2016).

Há questões qualitativas também no trabalho em frigorífico. Os trabalhadores enfrentam diariamente situações perigosas que envolvem exposição constante a objetos cortantes e sujeito a doenças decorrentes de movimentos repetitivos. De forma geral, relata-se que o ambiente, do ponto de vista psicológico, é asfixiante e que demanda um ritmo de produção alucinado em jornadas exaustivas tanto física quanto mentalmente. Ademais, tudo isso ocorre em um ambiente de baixa temperatura, o que produz doenças respiratórias e inflamações musculares. Para se ter uma ideia, é comum que trabalhadores realizem até 120 movimentos de corte a cada segundo, muito embora a recomendação seja de não superar a marca dos 25 a 33 movimentos (Repórter Brasil, 2013).

Em decorrência do ritmo de trabalho, os números oficiais das doenças ocupacionais são enormes e acima da média dos outros setores da indústria. De fato, as lesões por esforço repetitivo são tão profundas que é comum que trabalhadores do setor só consigam ficar de 5 a 10 anos trabalhando e, após esse período, percam suas capacidades de trabalhar manualmente. Trabalhadores do abate bovino têm cerca de 300% mais chance de traumatismo do abdômen, dos ombros e dos braços que outros trabalhadores manuais e 250% mais chance de desenvolver problemas na coluna. Já no abate de suínos e aves, há 420% mais inflamações em músculos e tendões e 740% mais de lesões nos punhos. E tais dados são compreendidos por especialistas no setor como subnotificados (Campos, 2016). O impacto da pressão por produção também é percebido por nosso entrevistado Tigre, fiscal do MAPA:

É complicado, né. Imagine você abater 30 mil aves, 40 mil aves, você começa o expediente do dia, lá no serviço, você tem o caminhão ali fora, os caminhões, as gaiolas com 30 mil aves, você tem que abater 30 mil aves. Não é fácil, é uma área muito espinhosa. Tem colegas que compartilham desse mesmo pensamento e passam por longe de abatedouro. (Tigre, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Além desses aspectos, a precariedade nas relações de trabalho que diferem do registro pela CLT, como “prestadores de serviço” ou mesmo a informalidade. Isso ocorre principalmente na produção de aves e suínos, onde agricultores trabalham, na prática, como funcionários das empresas, mas legalmente como se fossem autônomos. Trata-se de jornadas exaustivas, sem repouso semanal e, não raro, sem repouso anual. A remuneração é estabelecida unilateralmente, o que muitas vezes gera uma situação próxima de uma servidão por dívida. (Schlesinger, 2016 p. 21).

Borges (2016) observa que tanto a produção de grãos, como a soja, quanto a pecuária possuem vários elementos em comum, baseados numa exploração extensiva da terra por meio de grandes latifundiários que vivem às custas do trabalho alheio. Além de produzir mazelas, tais

culturas rurais produzem poucos empregos e são de péssima remuneração média em comparação com culturas típicas de minifúndios.

No Mato Grosso, estado que concentra 14,5% de todo gado brasileiro, conforme IBGE (2022), as empresas JBS e BrF encabeçam a lista dos, respectivamente, maior e segundo maior litigantes do pólo passivo na Justiça do Trabalho, enquanto que a Marfrig, outra gigante do setor, está em quinto lugar (CNJ, 2024).

Na situação de precariedade em que vivem os trabalhadores, onde eles estão tentando “sobreviver” é muito difícil ter consideração pelo outro (animal), como demonstra Zebra:

[...] às vezes no galpão de espera a gente escuta isso, às vezes o cara tá falando brincando sabe, mas aquilo, você sente, você sabe que no fundo, no fundo tem uma pontinha de verdade ali, “Bah! Um monte de ventilador pra esses frangos, tinha que por ventilador lá” ou “Nossa! Esses bichos são mais bem tratados que eu”, o cara dá risada, mas é real. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Os entrevistados Esquilo e Gavião também conseguem traçar uma relação entre a forma com que os trabalhadores são tratados e como isso reverte sobre os animais:

Não existe bem-estar animal sem bem-estar humano e ponto final.[...] Se vocês querem que um profissional, que trabalhe numa fazenda, num abatedouro, trate bem os animais, a empresa, o patrão vai ter que tratar essas pessoas de uma forma humana, senão ele não vai tratar humanitariamente os animais. Então, este é um ponto que dificulta no Brasil hoje pela nossa, nossas relações de trabalho e valorização do emprego e dessa tarefa de cuidar bem dos animais. (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Se eu tenho uma pessoa que é insatisfeito com o trabalho, tá infeliz, ele vai entrar num galpão, ele vai chutar um animal, ele vai maltratar o animal, ele não vai dar a atenção necessária pra esses animais. [...]A gente falava pras pessoas, os manejadores “Olha, não aplica choque no animal pra manejar ele. Ele tá indo, ele tá andando, não precisa aplicar choque, tudo.”. Aí ele falou assim: “Olha, você tá vindo aqui, você tá me exigindo que eu não aplique choque, que eu faça carinho nele [...] se você olhar ali o animal tem água fresca, ele tem sombra no curral, é um animal que tá tranquilo. E eu tô trabalhando desde as 4 horas da manhã, não tenho sombra aqui na coisa. Então, se tá chovendo, se tá um sol de 40 graus, eu tô aqui. E o animal, só falta ter música ali pra ele”. Estão com a bota rasgada. Se ele quer tomar água, ele tem que dar a volta e ir lá na manutenção, não pode tomar água a hora que ele quer. Então, tudo isso interfere de fato no bem-estar do animal. (Gavião, entrevista em 28 de outubro de 2016).

Os relatos nos ajudam a entender a relação entre o bem-estar humano e o animal. Se ao mesmo tempo identificamos que um ser humano “maltratado” pela indústria provavelmente não vai tratar bem o animal, verificamos também que o animal humano e o animal não-humano recebem um tratamento igualmente de desconsideração e objetificação por essa indústria, diferenciando o fato de que para ela o trabalhador vale mais vivo e o animal vale mais morto. Parece-nos que ambos são tornados instrumentos pela indústria, processo ao qual Ivan Illich (1973) conceitua de “ferramentas manipulativas” (ou *power tools* em inglês) que, uma vez que sejam predominantes, formam uma “sociedade industrial” que impossibilita uma sociedade convivial. Pode-se dizer que, em Illich, isso ocorre por meio de um salto ontológico, no qual se deslegitima o animal, seja humano ou não-humano, reduzindo-o a uma ferramenta manipulável.

Além dos problemas físicos, existem os psicológicos, associados a um “trabalho sujo”, como apresentados por Baran, Rogelberg e Clausen (2016), Zebra reflete:

Eu tive um professor [que] uma frase que me marcou dele, não sei se ele repetiu muitas vezes ou se foi uma vez só, "o problema de bem estar acaba quando o animal morre", porque uma vez que o animal morreu acabou a percepção de dor, sofrimento, necessidade social acabou, na verdade, o animal vai morrer e ok, ele morreu, uma vez que ele morreu, acabou, não tem mais problema de bem estar animal, o problema pode ser pra que ele... o operador da ação da morte que aí talvez seja a questão de bem estar humano, que é ao lidar com a morte em frigorífico, é um ambiente pesado e tal. (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

A garantia desde a origem (fora de área de desmatamento, trabalho escravo, etc.) não é uma preocupação genuína da JBS, mas sim uma imposição devido ao financiamento do BNDES que ela recebe (Rodriguez, 2016; Aguiar & Tura, 2016). Baseado na perspectiva de Regan (2006), podemos afirmar que essas indústrias não apenas violam “os direitos trabalhistas e ambientais” como também o direito dos animais, aspectos que andam entrelaçados e demonstram que é possível que, ontologicamente, o animal humano e não-humano sejam instrumentalizados e passíveis de serem violentados, embora em níveis distintos.

A prática em larga escala de violência pode fazer com que se tenha um “freio” menor com atos de violência contra outros seres. Outros comportamentos mais ou menos violentos ocorrem no rastro dessa indústria, tais como grilagem de terras públicas e de pequenos agricultores, assassinatos de camponeses e indígenas, além do uso desenfreado de agrotóxicos que podem causar problemas de saúde e ambientais (Bartelt, 2016).

Um dos entrevistados comentou que os fiscais (externos) ou veterinários (internos) têm medo de condenar um animal, pois existe uma forte pressão das empresas. Outro entrevistado nos relata que um açougueiro assassinou um parente veterinário porque ele teria condenado uma carcaça. Um dos entrevistados comenta sobre açougueiros serem “violentos”:

Isso é comum, isso é muito comum. Olhe, é, é, infelizmente o, esse pessoal que atua nessa área, principalmente nos municípios, eles sofrem esse tipo de pressão, de perseguição, mas é aquela história, eu tenho os meus meios também, eu sou um servidor público, tô cumprindo com minha função, né. (Condor, entrevista em 03 de novembro de 2016)

Parece-nos claro que há uma intrínseca relação entre a brutalidade que tais trabalhadores são submetidos cotidianamente e a brutalidade que submetem outros animais, humanos e não-humanos, reproduzindo a brutalidade e a externando.

A performatividade do gênero na brutalidade animal

Ademais, existe um aspecto de gênero dentre os fiscais e veterinários. Apesar de que homens compõem 93% do trabalho escravo no Brasil, por outro lado, é raro que veterinários sejam mulheres no setor bovino, sendo somente comuns no setor de aves. Há uma relação de dominação do mais “forte” pelo mais “fraco”, mas nesse caso, entre o homem e a mulher, apresentado nas falas de Zebra. Ao longo das entrevistas, verificamos que fiscais mulheres não atuavam junto a frigoríficos de abate de bois, mas sim apenas com aves. Então incluí essa pergunta aos entrevistados, a resposta de Zebra mostra uma certa contradição no início, mas depois ela demonstra essa conexão:

Em 2000, quando eu entrei na Faculdade foi a primeira turma que teve mais mulheres do que homens na veterinária em Jaboticabal, lá na UNESP, foi a primeira vez que teve um pouco mais de mulher, e aí nos anos subsequentes então teve mais

mulheres mesmo do que homem e isso acabou virando uma tendência e a indústria de aves começou realmente a ficar forte depois do ano 2000, então eu acho que também pela questão de mercado... porque bovino é difícil, eu já trabalhei na inspeção estadual com bovino e, cara, é pesado, pra homens é pesado, o meu marido também mexe com veterinária, também trabalhou um tempão no Estado, ainda trabalha no Estado com inspeção, **você tem chamar às vezes a polícia mesmo pra te ajudar**, a gente faz abordagem assim num estabelecimento que a gente lacrou, fechou porque não tinha mais condições, a gente teve que voltar lá porque eu cara ainda tava trabalhando, **aí você vai com Polícia Ambiental, você encontra arma lá**, geralmente, como é uma indústria que não é tão... a produção não é tão vertical, que tem os integrados que nem aves e suínos é uma área mais complicada mesmo bovino, **acho que a mulherada acaba fugindo mesmo disso (risos) [...] Talvez no abate de bovino porque o pessoal de foram geral é um pouquinho mais difícil mesmo**, fiz um mês de treinamento num estabelecimento de bovinos grande que tem aqui no (Estado dela), **você entra, teu primeiro dia... mas isso não é só pra mulheres, eles fazem isso pra todo mundo, mas pra mulheres eles sentem um gosto maior**, como estabelecimentos de bovino geralmente é mais homens na linha mesmo que trabalham, **aí eles acham que tão sei lá... essa questão de testosterona** que nem alguns filósofos conseguem responder muito menos o pessoal que estuda fisiologia, **mas eu entrei no estabelecimento e eles começaram a bater faca, você escuta, tá entrando e aquela bateção de faca, aquela gritaiada, eles ficam te testando o tempo todo, então pra ser fiscal mesmo do estabelecimento, dependendo do porte, de como a indústria leva, não é fácil não, assim, olha, na área de carne, envolve morte né? Não é agradável mesmo.** [ênfase nossa] (Zebra, entrevista em 08 de novembro de 2016).

Essas falas de Zebra ressaltam questões de violência e machismo, que remetem a *Política Sexual da Carne*, de Carol Adams (2012). Há, aqui, uma clara performatividade de gênero necessária para o processo de brutalização do animal não-humano. Performatividade essa que podemos definir nos termos de Butler (2003), onde o discurso produz uma rede de significantes que fabrica os atos e gestos que sugerem o gênero. Neste sentido, o gênero masculino, tal como conhecemos, é uma fabricação da sociedade industrial que internaliza no “homem” um conjunto de atos enquanto obrigações e dever. Tais atos, por um lado, lhe possibilitam liberdades e papéis (remunerados, como no caso presente), mas por outro lhe aprisionam em uma rede de brutalidades esperadas e infligidas.

Na entrevista com Onça ela teve um *insight* sobre de onde poderia vir sua insensibilidade, e ela concluiu por ser uma questão da formação na faculdade. A partir dessa entrevista, incluí nas seguintes uma pergunta sobre a influência da formação deles nas questões de bem-estar animal. Identificamos um forte processo de “insensibilização” dos veterinários e zootecnistas quanto aos animais de produção na formação acadêmica superior. A seguir o relato de Onça, que iniciou essa reflexão:

Quando o animal chega no abatedouro a gente já sabe que ele vai se transformar em carne, **parece insensível**, mas, é cuidado, eu estava falando isso hoje, não sei, depende, **mas eu não consigo ter pena, não consigo, não consigo, não consigo, a própria espécie, não sei se a faculdade que faz a gente... Não é? Não sei... e essa parte de inspeção, porque eu sei que os matadouros a gente ver o pessoal que trata direitinho pra que eles possam morrer... não consigo ver, não consigo ver, me sensibiliza, por exemplo, um cavalo, pronto, um cavalo tendo um negócio, eu consigo me sensibilizar, um hamster, juro, prometo, juro à você, mas eu acho que **essa lida do dia-a-dia vai deixando a gente mais calejado mesmo**, tava falando, eu me lembro que na faculdade,**

a gente paga inspeção que a gente visita matadouro, averiguamos, e o professor da gente, maravilhoso, de inspeção ele disse que a gente escolhesse cada um, um boi que acompanhasse desde o curral até a finalização e assim foi, os bois quando entram naquela seringa, que é o espacinho que eles saem do curral pra... eles sabem, eles sabem, eles sabem, eles sabem (que vão morrer – ela não quis dizer essa palavra - ênfase, e sentimento, reflexão) o que vai acontecer, **e eu tava falando com a menina e ele disse que já naquela época eu fui uma das poucas meninas a aguentar, porque a gente nunca tinha entrado, não sei se é porque eu achava que seria inerente à profissão, ou tinha que passar por aquilo, entendeu? Tinha que passar por aquilo por todo jeito**, mas eu acompanhei o bicho lá e fiquei lá dentro, a gente foi obrigado a ficar do lado, normal então a gente foi desde... aquela época não tinha (pistola de dardo cativo), era marreta, então eu acompanhei a marretada, acompanhei tudo e não fiquei, não fiquei, muitas amigas minhas viraram vegetariana depois que viu, as que aguentaram ficar, hoje são vegetarianas... **e eu adoro uma carne, não sei, eu acho que a faculdade que faz isso com a gente, eu acho que é faculdade.** [ênfase nossa] (Onça, entrevista em 01 de novembro de 2016).

A questão da faculdade introjetar significantes de gênero nos seus alunos demonstra inequivocamente que há uma fabricação, uma manufatura, do gênero. O homem não é um ser “natural”, nem a mulher, mas sim são processos discursivos que se materializam em atos esperados. A performatividade masculina, dentre outros fatores, não pode, nem deve, demonstrar sensibilidade para com o bem estar alheio, especialmente se tal bem estar for animal não-humano. Vários outros colegas de profissão, veterinários e zootecnistas respondem também sobre esse aspecto:

É minha opinião, me reportando a época de quando eu estudei, isso já faz 20 anos atrás, **nós nem tínhamos nenhuma disciplina envolvendo questão de bem-estar animal, e as questões que visavam algum tipo de preocupação como bem-estar deles era porque interferia no padrão zootécnico, ou seja, no desempenho de crescimento, de ganho de peso [...].** Então, o foco sempre foi esse, ver o animal como um, **um objeto cujo final dele sempre é o alimento**, e não pela uma preocupação com essa questão, se ele tá se sentindo bem ou não. **Se ele não se sentir bem, mas continuar isso não interferindo no padrão zootécnico, tudo bem.** Então, nesse sentindo é, eu acredito que em nós profissionais da área criamos uma certa...**um certo bloqueio às questões relativas a bem-estar animal. Porque sempre buscamos, então, um, uma melhor produtividade, um melhor lucro, etc. [...].** [ênfase nossa] (Esquilo, entrevista em 07 de novembro de 2016).

Verificamos que as mulheres são tidas como sensíveis. Assim, nas raras ocasiões que fazem trabalho veterinário em bovinos, elas têm que “desempenhar como os homens”, ou seja, demonstrar insensibilidade. Isso ficou muito claro em várias falas de Onça. Em especial ao lidar com mamíferos, a insensibilidade parece um condicionante básico necessário para a atuação, algo já performado cotidianamente e esperado dos homens em sua performatividade social. As mulheres têm que ser “fortes”, se “masculinizar” nessa profissão, mas ainda assim elas não podem ocupar o lugar dos homens. Cabe aos homens abater os grandes animais, cabe aos homens fiscalizarem o abate. Essa observação se aproxima do relato “em off” de que o profissional precisa ser um machão, foi o relato mais interessante a esse respeito, depois que acabei uma entrevista. Dessa forma, vamos resguardar o entrevistado e não vamos transcrever porque não estava mais gravando. O entrevistado disse que o profissional na área dele, em Zootecnia, o profissional tem que ser machão, existe uma influência na formação, e a pessoa

tem que ser insensível, forte, tem que ser machão. Se ele não demonstrar isso, vai ser tido como fresco, ou algo pejorativo. Faz parte da cultura dos profissionais serem insensíveis quantos aos animais, o animal é uma máquina. Ele diz que sempre foi assim e acaba se perpetuando na formação dos estudantes. O entrevistado comentou também que mostrar cenas de abate, mesmo que seja humanitário, já que boa parte do processo é igual, pode implicar em redução do consumo. Ele já foi professor, reproduzia essa lógica tecnicista, de insensibilidade para com o animal, e quando ele se apercebeu, se sentiu mal, começou a agir de forma diferente em sala de aula. Mas ele não se sentia à vontade para falar isso para seus pares.

CONCLUSÕES

Este trabalho analisou o emaranhamento entre a exploração humana e animal que sustenta a escravização contemporânea multiespécie na indústria da carne, evidenciando um ciclo de brutalização mútua sustentado por desigualdades de classe, gênero e espécie. A objetificação do animal não-humano estimula, simbólica e materialmente, a instrumentalização do trabalhador. A performatividade de gênero, exigida pelo setor, reforça papéis violentos e insensíveis. A formação acadêmica dos profissionais do setor contribui para a dessensibilização e adaptação à lógica produtiva. Concluimos que a indústria da carne não apenas permite, mas naturaliza uma ontologia da exploração multiespécie.

Verificamos que muitas grandes empresas da indústria de exploração animal estão envolvidas com práticas antiéticas não apenas para com os animais não-humanos: escravização contemporânea, condições de trabalho exaustiva, alto índice de doenças laborais e psicológicas, clivagem de gênero, dentre outros.

É importante salientar que o setor da carne, só em termos diretos, é responsável por cerca de 30% do trabalho escravo no Brasil, isso sem contar setores indiretos como fazendas de grãos para produzir rações. Tal número distoia fortemente da relevância econômica do setor, demonstrando uma clara correlação entre escravização e brutalização do trabalhador e a indústria da carne. De fato, parece-nos claro que, tanto a escravização moderna no setor, quanto a brutalização dos trabalhadores da carne, fazem parte de um ciclo de brutalização do animal não-humano e, também, do humano. A brutalização de um reforça a brutalização do outro, em um ciclo que se retroalimenta. Entrevistados demonstraram que os esforços de melhorias de condições de bem-estar animal passam, necessariamente, pela melhoria das condições dos trabalhadores, o que torna evidente que a tortura que animais não-humanos são submetidos pode ser reflexo da própria tortura cotidiana do trabalhador do setor.

Alguns aspectos chamam a atenção nessa relação: Enquanto que, na indústria da carne no Brasil, o homem é o maior alvo da escravização, os homens, por outro lado, tem uma posição privilegiada dentre os veterinários e fiscais. Trata-se da faca de dois gumes da performatividade masculina: por um lado, ser “macho” e “insensível”, fabricação de tal performatividade, é desejável para trabalhar no setor em qualquer posição, pois demonstrar afeto, alteridade ou pena dos animais não-humanos é um entrave ao próprio trabalho. Por outro, ser “insensível” também é fruto de uma fabricação de performatividade que ferramentaliza os homens e os brutaliza. A clivagem de gênero parece ter pouca relação com atributos físicos distintos entre os sexos, mas sim a sua performatividade. Os homens tem a posição de “machos” e “fortes” e por isso cabe a eles o trabalho pesado (o abate e morte dos animais, o manejo dos animais maiores) e as mulheres, supostamente mais delicadas e ágeis, a fragmentação de animais menores, como as aves.

Outro aspecto relevante é a formação dos indivíduos que atuam na indústria, o curso superior de Zootecnia, Medicina Veterinária tem um papel de insensibilização dos profissionais que estão sendo formados quanto ao tratamento dado aos animais.

Ao fim, sugere-se investigar a hipótese de que a brutalização dos trabalhadores da carne esteja intrinsecamente relacionada a sua ferramentalização em um salto ontológico descrito por

Illich (1973) ao propor a tese de que ferramentas manipuláveis, uma vez utilizadas a partir de um certo limiar, produzem uma ontologia amplamente aceita de ferramentas industriais que torna o ser humano sua própria ferramenta. Neste sentido, aqui se adiciona a hipótese de que o consumo de animais produz a legitimação do consumo humano.

REFERÊNCIAS

- ABIA - Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação. (2023). *Números do setor – Faturamento*.
<https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2023417RelatorioAnual2023interativoFINAL.pdf>
- Aguiar, D., & Tura, L. (Orgs.). (2016). *Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos*. FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
<http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>
- Adams, C. J. (2012). *A política sexual da carne: A relação entre carnivorismo e a dominância masculina*. Alaúde.
- Agência de Notícias IBGE. (2024, março 1). *Com alta recorde da agropecuária, PIB fecha 2023 em 2,9%*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39306-com-alta-recorde-da-agropecuaria-pib-fecha-2023-em-2-9>
- Alves, Z. M. M. B., & Silva, M. H. G. F. D. da. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, (2), 61–69.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007
- Baptista, R. M., Souza, M. T. S., Bandeira, M. L., & Baptista, J. R. (2023). A roda da escravidão moderna: Uma nova abordagem teórica. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(3), 0–0.
- Baran, B. E., Rogelberg, S. G., & Clausen, T. (2016). Routinized killing of animals: Going beyond dirty work and prestige to understand the well-being of slaughterhouse workers. *Organization*, 23(3), 351–369.
- Bartelt, D. (2016). Introdução. In Heinrich Böll Foundation, *Atlas da carne: Fatos e números sobre os animais que comemos*. Heinrich Böll Foundation.
- Barreto, T. F. (2017). *Por uma ética animal nos estudos organizacionais: Desvelando o tratamento dado aos animais não-humanos do dark side das organizações* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Barros, C. J. (2015). *Amazônia: Trabalho escravo + dinâmicas correlatas*. Repórter Brasil.
- Bispo, F., & Alves, S. (2021, agosto 5). Racismo e xenofobia na indústria da carne. *O Joio e O Trigo*. <https://ojoioetrigo.com.br/2021/08/racismo-e-xenofobia-na-industria-da-carne/>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Campos, A. (2016). Relações de trabalho e a saúde do trabalhador. In D. Aguiar & L. Tura (Orgs.), *Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos*. FASE.
<http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>
- Cavechini, C., & Barros, C. J. (Diretores). (2011). *Carne, osso* [Filme]. Repórter Brasil. <http://globosatplay.globo.com/globonews/v/2557412/>
- Conselho Nacional de Justiça. (2024). *Grandes litigantes*. <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-litigantes/>
- Conectas Direitos Humanos, ADERE/MG, Business & Human Rights Resource Centre, Oxfam Brasil, & CONTAR. (2022). *Desmontes e retrocessos no sistema de combate ao trabalho escravo no Brasil*.

- CPT Nacional. (2024). *Conflitos no campo*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT.
- Demello, M. (2012). *Animals and society: An introduction to human-animal studies*. Columbia University Press.
- Dias, J. V. G. (2009). *O rigor da morte: A construção simbólica do “animal de açougue” na produção industrial brasileira* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Felipe, S. T. (2009). Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: Perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. *Páginas de Filosofia*, 1(1), 2–30.
- Fitzgerald, A. J., Kalof, L., & Dietz, T. (2009). Slaughterhouses and increased crime rates. *Organization & Environment*, 22(2), 158–184.
- Foer, J. S. (2011). *Comer animais* (M. L. Costa, Trad.). Rocco. (Trabalho original publicado em 2009)
- Fournier, V., & Grey, C. (2000). At the critical moment: Conditions and prospects for critical management studies. *Human Relations*, 53(1), 7–32.
- Gama, F. C., Silva, P. T. C., Garcia, F. M., & Jesus, A. S. (2023). Trabalhos análogos à escravidão: Uma análise de indivíduos escravizados no século XXI no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(3), 0–0.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (2005). Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 191–215). Sage Publications.
- Hamilton, L., & McCabe, D. (2016). ‘It’s just a job’: Understanding emotion work, de-animalization and the compartmentalization of organized animal slaughter. *Organization*, 23(3), 330–350. <https://doi.org/10.1177/1350508416629448>
- Heinrich Böll Foundation. (2016). *Atlas da carne: Fatos e números sobre os animais que comemos*. Heinrich Böll Foundation.
- IBGE. (2022). *Mapa – Bovinos (Bois e Vacas) – Tamanho do rebanho (cabeças)*. <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/br>
- IBGE. (2024). *Pesquisa trimestral do abate de animais: 1º trimestre de 2024*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9203-pesquisas-trimestrais-do-abate-de-animais.html?=&t=resultados>
- Illich, I. (1973). *Tools for conviviality*. Maryon Boyars.
- International Labour Organization. (2022). *Global estimates of modern slavery*. International Labour Office.
- International Labour Organization. (2024). *Profits and poverty: The economics of forced labour*.
- Joy, M. (2014). *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: Uma introdução ao carnismo* (M. L. Costa, Trad.). Cultrix. (Trabalho original publicado em 2010)
- Mascarenhas, A. O., Dias, S. L. G., & Baptista, R. M. (2015). Elementos para discussão da escravidão contemporânea como prática de gestão. *Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 175–187.
- Merriam, S. B. (2002). *Qualitative research in practice: Examples for discussion and analysis*. Jossey-Bass.
- Mineiro, A. (2016). O Brasil e a cadeia transnacional do processamento da carne. In D. Aguiar & L. Tura (Orgs.), *Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos* (pp.

- 22–25). FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>
- Moendo Gente. (2016). *Moendo gente: As más condições de trabalho nas maiores indústrias brasileiras de carne*. <http://moendogente.org.br/#lat=-23.378341326108416&lng=-49.881663489746245&zoom=5>
- Paganini, P., & Medeiros, C. R. O. (2023). State-business relations and arenas as a legitimate space for state-corporate crimes: The case of modern slavery in Brazil. *Brazilian Business Review*, 20(6), 646–663.
- Pina, R. (2024). *Alimentando a desigualdade: Os custos ocultos do monopólio industrial da carne*. <https://doi.org/10.15868/socialsector.43493>
- Radar SIT. (2024). *Portal da Inspeção do Trabalho: Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil*. <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>
- Regan, T. (2006). *Jaulas vazias: Encarando o desafio dos direitos animais*. Lugano.
- Repórter Brasil. (2013). *Moendo gente: A situação do trabalho nos frigoríficos* (Programa: Escravo! Nem pensar). Repórter Brasil.
- Repórter Brasil. (2016). *A Repórter Brasil*. <http://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>
- Rifkin, J. (1993). *Beyond beef: The rise and fall of the cattle culture*. Plume.
- Rodrigues, M. H. (2016). Salvaguardas ambientais e condicionantes do BNDES. In D. Aguiar & L. Tura (Orgs.), *Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos* (pp. 37–40). FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>
- Sakamoto, L. (2023). Com 2.500 vítimas em 2022, Brasil chega a 60 mil resgatados da escravidão. *Repórter Brasil*.
- Schlesinger, S. (2016). A cadeia produtiva de carnes no Brasil. In D. Aguiar & L. Tura (Orgs.), *Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos* (pp. 18–22). FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>
- Schmidt, C. J. (2016). A cadeia industrial da carne: Segurança e soberania alimentar e agroecologia. In D. Aguiar & L. Tura (Orgs.), *Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos* (pp. 29–31). FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. <http://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Livro-Cadeia-Industrial-da-carne.pdf>
- Singer, P. (2010). *Libertação animal*. Martins Fontes.
- Unmüßig, B. (2016). Prefácio. In Heinrich Böll Foundation, *Atlas da carne: Fatos e números sobre os animais que comemos*. Heinrich Böll Foundation.
- Walk Free Foundation. (2023). *The global slavery index 2023*. <https://cdn.walkfree.org/content/uploads/2023/05/17114737/Global-Slavery-Index-2023.pdf>